

PP ameaça recomeçar ESTADO DE SÃO PAULO a obstrução no Senado

22 JUL 1981
Da sucursal de
BRASILIA

O Partido Popular esperará até o final de agosto para que o governo cumpra a promessa de remeter ao Congresso Nacional o seu projeto de reforma eleitoral. Caso a proposta não chegue nesse prazo, poderá voltar a obstruir os trabalhos parlamentares e a dinamizar os entendimentos em torno da fusão — formal ou informal — dos partidos oposicionistas.

A afirmação foi feita ontem, em Brasília, pelo presidente do PP, senador Tancredo Neves, e pelo líder da bancada do partido no Senado, Evelásio Vieira. Ambos esperam que os problemas domésticos do PDS nessa matéria — "esperados", segundo a observação irônica do presidente do PP — não prejudiquem o compromisso assumido com as oposições e que, "na primeira quinzena do próximo mês, o governo já possa ao menos anunciar os pontos básicos da reforma".

Tancredo Neves e Evelásio Vieira contestaram as versões de que o recente encontro oposicionista em São Paulo tenha "sepultado" definitivamente a tese da fusão. "Ao contrário — insistiu Evelásio — a idéia permanece de pé. Estamos apenas dando um pouco de tempo para que, de um lado, cumprindo o governo sua promessa, possamos saber os rumos precisos da reforma eleitoral que o Executivo tem em vista e, de outro, para que a maioria do PMDB, que deseja a fusão, vença algumas resistências ainda existentes."

Para Tancredo Neves, "as oposições, que são democráticas, em face de um governo ainda semi-autoritário", nada podem fazer senão aguardar a definição oficial, dentro do prazo que ele próprio estipulou. E então, conforme o caso, tomarão as medidas consideradas adequadas, uma das quais poderá ser a fusão formal e jurídica ou a fusão de forma prática, indireta, feita por meio de acordos informais. "A fusão — completou — é uma tese sempre presente, mas ela não é causa, é efeito. Depende das regras do jogo".

Essas regras, a seu ver, o governo precisa tornar claras o quanto antes. "Já estamos na faixa vermelha da prorrogação", assinalou. E Evelásio Vieira notou que essa indefinição "contribui também para exacerbar o clima de pessimismo existente no País, aumentando a descrença geral no governo".

senador Tancredo Neves, que falou aos repórteres, em seu gabinete, criticou também a participação ativa do presidente da República na campanha eleitoral. Reiterou seu ponto de vista segundo o qual não é válido o exemplo norte-americano, que costuma ser invocado, pois a realidade econômica, social e política do Brasil é muito diferente. "Com uma renda per capita de 12 mil dólares, enquanto a dos brasileiros é de pouco mais de mil, os norte-americanos não estão sujeitos às pressões do governo", acentuou Tancredo.

Na sua opinião, está encerrado o "ciclo dos generais-presidentes", ao menos o processo que os levou ao poder. Admite que o próximo presidente da República possa ser um "anônimo" (um militar com atuação política) ou até mesmo um militar, desde que integrado no processo político e eleito "segundo um processo civil e legítimo". Não quis, no entanto, especular sobre nomes. Quanto à possibilidade de ele próprio vir a ser deles, riu, concordou em que seria "uma aspiração natural", mas reconhece que não existem condições para isso.

Finalmente, atribuiu as conquistas democráticas "ao trabalho da oposição e à pressão exercida pela opinião pública" e, referindo-se ao fato de o governo alegar que as oposições votaram contra a extinção do AI-5, contra o pluripartidarismo e contra a anistia, explicou que assim o fizeram "por questão tática: o que o governo propunha já era uma vitória, mas as oposições queriam mais".

CAMPANHA

A partir do dia 26 até o final deste mês, o presidente nacional do PP fará uma excursão político-partidária por vários municípios do Norte de Minas, saindo de Montes Claros. Em sua companhia estarão o presidente do PP mineiro, deputado Hélio Garcia, o deputado federal Jorge Vargas e o deputado estadual Pedro Narciso.

Segundo Vargas, o Partido Popular vem crescendo "extraordinariamente" em Minas "e com o partido a candidatura Tancredo ao Palácio da Liberdade". O parlamentar mineiro disse também que não têm fundamento as notícias de que Magalhães Pinto iria para o PDS: "Ele não sai do PP e poderá ser nosso candidato ao Senado, com eleição garantida, sem sair de casa".